

A AUSÊNCIA DO DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS E A BANALIZAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO ACERCA DO CORPO HUMANO E DAS RELAÇÕES SEXUAIS

Davi Cerqueira Silva ¹

INTRODUÇÃO

Definida como o ensino sobre a anatomia, psicologia e aspectos comportamentais relacionados à reprodução humana, a educação sexual se torna alvo promissor de discussões e debates que aprofundam o aluno a se descobrir, em gênero, orientação sexual e até mesmo em como se prevenir de doenças sexualmente transmissíveis que podem ser evitadas com o conhecimento correto sobre o assunto, que deve ser abordado em sala de aula, extremamente importante.

Os valores que cada família possui e espera que sejam seguidos pela criança, influenciam diretamente na educação desta.

Sexualidade, família e escola (ou qualquer instituição que se dedique à educação), devem ser pensadas a partir do princípio da “não-exclusão”, ou seja, sistemas que devem interagir entre si por meio de vinculação, união e respeito pelas diferenças (MEIRELLES, 1997 apud ALENCAR, p.161)

Tendo em vista que a sexualidade abrange muito mais do que relações sexuais em si, é fundamental que a conversa seja abordada de maneira a inclinar o pensamento estudantil para o autoconhecimento corporal, compreendido por profissionais da educação e tratado com os alunos de forma íntegra, profissional, clara e qualificada.

Isso porque a sociedade brasileira tem um tabu tradicionalista, além de preconceito, muito grande quando o assunto é educação sexual. A desinformação acerca disto é tão presente que quando as duas palavras são ditas, muitos já remetem a sexo ou pornografia, o que na verdade é de longe, a maior mentira contada aos que acreditam. A educação sexual aborda o conhecimento corporal, respeito, aceitação e posicionamento quanto ao seu próprio corpo, principalmente quando criança, que o estudante se torna mais influenciável a cair nas falácias de cidadãos com má índole.

¹ Graduando do Curso de **Geografia** da Universidade Federal - RN, davicerqueira583@gmail.com;



Nesse sentido, a escola se faz como um ambiente oportuno quando levamos em consideração a necessidade de trabalhar sexualidade ao longo de toda a formação da criança e do adolescente. A educação sexual na escola unifica a prática da psicologia da educação com a formação humana.

Sexualidade é um termo que quando abordado no senso comum, é imediatamente relacionado ao ato sexual. Porém, a sexualidade se refere a muito mais que apenas sexo. Segundo a OMS citado por Matoso (2013, p 18):

A sexualidade faz parte da personalidade de cada um, é uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito (relação sexual) e não se limita à ocorrência ou não de orgasmo. Sexualidade é muito mais que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas, e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, portanto, a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada um direito humano básico

Com a globalização sendo evidenciada cada vez mais, assim como a ascensão da internet em trazer informações rapidamente para o público social mundial, diversas pessoas tem uma opinião formada rápido, com base ou não em fatos, ela é reproduzida de forma a influenciar diversas pessoas que não tem o embasamento teórico preciso para formar a sua própria percepção quanto ao conteúdo, isso porque no lugar da escola criar debates para a formação do pensamento crítico no que tange a este assunto, não há discussão, muito menos esclarecimentos quanto ao supracitado, fazendo com que a educação sexual seja mais ainda banalizada.

De acordo com Souza (1991), educar sexualmente consiste em oferecer condições para que as pessoas assumam seu corpo e sua sexualidade com atitudes positivas, livres de medo, preconceitos, culpas, vergonha, bloqueios ou tabus. Conforme ressaltado por ECOS – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (ECOS, 2013), a educação sexual deve ser entendida como um direito que as crianças e/ou adolescentes têm de conhecer seu corpo e ter uma visão positiva da sua sexualidade; de manter uma comunicação clara em suas relações; de ter pensamento crítico; de compreender seu próprio comportamento e o do outro.

Deve ser preocupação dos pais e educadores que os adolescentes tenham uma educação sexual sadia, pautado em valores e hábitos condizentes com a valorização da vida e com os direitos humanos.



A família e a escola devem andar juntas, a formação escolar e a própria instituição são responsáveis por formar um cidadão dentro daquela estrutura, se a formação não corresponde com o processo de trazer a descoberta como o corpo humano funciona, o que pode e o que não pode haver diante das deveras ações de relações entre duas ou mais pessoas, assim como a relação individual com o próprio corpo, a escola nem o professor cumpre com o seu papel completo diante das atribuições estabelecidas desde o ingresso no curso da licenciatura.

Isso se faz exposto, tendo em vista que muitas instituições só falam sobre anatomia quando há aulas de biologia, quando na verdade todas as disciplinas englobam o percurso de educação sexual, no mesmo sentido que o pedagogo escolar tem a função de coordenar e objetivar esse cenário diante do corpo docente, pedagógico e estudantil familiar, movimento como base a inclinação para o conhecimento correto, quebrando tabus e desinformações falsas acerca dos conteúdos vistos na internet sem teoria alguma.

Frente ao exposto, a família e a escola, corresponsáveis pela formação do indivíduo, deve possibilitar aos jovens uma educação sexual que, pressupõe a busca de uma sexualidade emancipatória, ou seja, uma sexualidade gratificante, socialmente livre e responsável, subjetivamente enriquecedora concebida como parte integrante e essencial da vida humana. A educação sexual emancipatória pressupõe o desenvolvimento de ações educativas com a finalidade de promover a autonomia, buscando superar padrões de comportamentos hierarquizados e estereotipados, superando preconceitos e tabus (GARCIA, 2005).

Em nossa sociedade, a sexualidade não tem sido explorada e/ou dialogada de modo que as pessoas sejam educadas a conhecê-la e aprender que o seu exercício não é feio e pecaminoso, culminando, nesse sentido, em uma deseducação sexual. O “não dialogar”, desse modo, facilita a exposição de adolescentes a situações de riscos relacionados ao exercício da sexualidade, como gravidez indesejada, contágio de infecções sexualmente transmissíveis e traumas psicológicos e emocionais resultantes da vivência de uma sexualidade frustrante (TRINDADE & BRUNS, 1999).

Nesse sentido, e com base em autores como Matoso (2013), Meireles (1997), Trindade (1999), Bruns (1999), Garcia (2005), Figueiró (2006), Souza (1991), entre outros, a pesquisa será pautada na discussão da importância do debate e conversa sobre educação sexual na escola, logo, trará como o preconceito ao falar sobre isto pode ser maléfico à sociedade com a globalização em alta e a internet trazendo informações sem embasamento teórico correto algum, fazendo com que haja, por muitas vezes, uma histeria coletiva de pessoas que, por não



saberem da real condição do seu corpo, acreditam e se equivocam ou até mesmo não se protegem de forma adequada para que sua saúde seja preservada.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente resumo constitui um levantamento de dados e pesquisas que englobam as características da educação sexual, a importância e como isso deve ser levado como pauta para sala de aula, a fim de reverberar o conhecimento assíduo entre o corpo escolar, sendo algo vindo do corpo pedagógico e docente como um trabalho conjunto para que haja a ciência do real motivo de se haver educação sexual no ambiente.

Foi utilizado o método de pesquisa qualitativa com a finalidade de analisar teorias de autores que conversam sobre a educação sexual e sua importância, assim como, traz à tona a desinformação causada através de informações falsas obtidas na internet, com a globalização e ascensão tecnológica, diversas reproduções erradas podem ser vistas se não houver a pausa disto. A finalidade é apresentar respostas que contribuam com os estudantes e docentes e permeiam em torno da educação em poder promover uma melhora dentro do ambiente escolar e social.

Segundo Oliveira “ensinar é provocar situações, desencadear processos e utilizar mecanismos intelectuais requeridos pela aprendizagem, que permitirá aos professores empregarem métodos ativos, para engendrar a ação didática em bases sólidas, evitando tentativos ou ensaios e práticas infrutíferas, demasiadamente perigosas sobretudo quando as ações são exercidas sobre crianças e adolescentes”. (2010, p. 217)

Compreender a educação sexual é progredir socialmente e tirar a sociedade de um atraso tradicionalista em virtude da estrutura preconceituosa com os tabus criados em torno do conteúdo, formando crianças e adolescentes para uma geração de adultos conscientes e menos adoecida, seja com pensamentos ou com doenças sexualmente transmissíveis, isso porque muitas aparições e incidências dessas doenças, são, por muitas das vezes, por causa da falta de informação que poderia ser abordada nas escolas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A disposição de explicar vem ao encontro de um desejo que o outro cresça. Neste sentido Figueiró (2006, p. 17) adverte:

A educação sexual deve ser realizada a fim de contribuir para o desenvolvimento integral da personalidade do educando e, conseqüentemente, para sua qualidade de vida. “Educação sexual tem a ver com aumentar o grau de felicidade e de bemestar”.

Figueiró (2006) defende a concepção dialética e política, pois se volta a educação sexual emancipatória na qual a sexualidade é concebida como a dimensão mais ampla da condição humana, em que o ser humano é o participante ativo na construção pessoal e social por influenciar na construção de valores e normas sexuais, ou seja, o indivíduo pode vir a ser sujeito da sua própria sexualidade. É formidável levar em consideração que os dados analisados nesse trabalho giram em torno do profissional da escola, tendo como base a figura do aluno e o processo de aprendizagem, sendo importante aprofundar o entendimento sobre a sexualidade.

Conforme discutido por Gagliotto & Lembeck (2011), é necessário promover, organizar e planejar atividades sistemáticas que ocorram durante todo o ano letivo. Por meio destas atividades, deve-se buscar a manutenção de um processo permanente de ação e reflexão, desenvolvendo atividades em que os adolescentes possam sugerir os temas a serem discutidos, partindo da realidade e de seus interesses.

Suplicy¹ (1983) apud Mizunuma (2017, p. 17) já defendia a Educação Sexual como uma temática pertinente ao âmbito escolar, afirmando que “a educação sexual na escola visa colocar o diálogo sobre a sexualidade dentro da sala de aula, através de professores com o preparo adequado para bem desempenhar essa tarefa informativa e formativa”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), hoje, é o documento mais recente do governo, aprovado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), em 2017, cujo objetivo é definir um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades que se espera que os estudantes adquiram ao longo da Educação Básica.

O documento foi alvo de intensos debates e, após ser homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Ministério da Educação (MEC), recebeu inúmeras críticas sobre o processo de construção do texto e a respeito da diversidade, pois retirou da versão final os termos “gênero” e “orientação sexual”.

Além disso, a temática Educação Sexual passa a ser abordada apenas nos anos finais do ensino fundamental, com “temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária [Sic]” (BRASIL, 2017, p. 372).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Argenti (2018) verificou como a Sexualidade, como a Educação Sexual e como a Relação de Gênero são apresentadas nas produções científicas, da Pós Graduação, em Educação Sexual, na UNESP de Araraquara. A pesquisadora constatou que o Programa de Pós-Graduação, em Educação Sexual, dá visibilidade à comunidade acadêmica e aos educadores dos diferentes níveis de ensino, além do acesso aos conhecimentos, concepções, estratégias e intervenções no que se refere, diretamente, à educação sexual e à formação de professores.

Ao avaliar, bibliograficamente, como os processos de fala e formação docente para a educação sexual são tratados, é sabido total o caminho que leva a falta de informações corretas e a expansão deste preceito ao público. É evidente, desmascarado e exposto como informações falsas podem atrapalhar um desenvolvimento social, isso porque há diversos artigos, seja de pesquisa ou jornais, que falam sobre fake news. No âmbito sexual, não é diferente, a fake news que permeia este conteúdo é extremamente perigosa e danosa ao sócio espaço brasileiros.

Seguindo essa linha de raciocínio, a banalização é evidenciada, quando as políticas públicas de educação não se efetivas no que tange ao movimento de pensamento crítico sobre educação sexual nas escolas, quando há professores informados e que querem falar sobre isso, há um estigma social e o docente não recebe aparato governamental, assim como, diversos não são nem preparados na universidade para falar sobre este assunto.

As dificuldades dos professores em realizar a educação sexual têm sido evidenciadas em vários estudos (PIASENTIM, 2009; GARCIA, 2005; BOMFIM, 2009). A bibliografia na área têm apontado que esta prática se fundamenta em vários motivos, tais como: timidez, insegurança para debater o tema, falta de preparo oriundo das lacunas de formação docente; da reprodução da repressão sexual a qual os educadores foram submetidos e até mesmo da ideia de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família. Maistro et al. (2009), por exemplo, evidenciam que a abordagem da sexualidade nas escolas não passa de uma visão reducionista do corpo desvinculada da realidade do aluno.

Recentemente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) produziu um material para auxiliar grupos e instituições que executam projetos educacionais com foco em sexualidade. Em pesquisa recente feita em sete países da América Latina sobre a hostilidade que alunos LGBTQIA+ enfrentam nas escolas, a agência apontou o impacto disso na evasão escolar de estudantes que pertencem a este grupo. O



levantamento, realizado na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai, concluiu que aqueles que sofrem vitimização com base na orientação sexual têm pelo menos duas vezes mais chances de faltar à escola.

No Brasil, 58,9% dos estudantes afirmaram já ter faltado às aulas por conta de agressões motivadas pela orientação sexual, segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (ABGLT). Além disso, 51,9% faltaram à escola por não se sentirem confortáveis com a própria expressão de gênero no ambiente escolar, e uma parcela importante evita frequentar locais como quadras poliesportivas (36,1%), banheiros (38,4%) e refeitórios (14,5%). “Essas atitudes e comportamentos são formados na primeira infância, tanto no ambiente doméstico quanto no educacional”, afirma Mary Guinn Delaney, assessora regional de Educação para a Saúde da Unesco na América Latina e no Caribe.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011-2020, que foi encaminhado para o Poder Legislativo em 2010 e foi aprovado apenas em 2014 pelo Executivo através da lei 13.005 de 2014, com mais de 3 mil emendas, trouxe mudanças substanciais nas questões referentes à sexualidade e gênero (ibid.), reduzindo-se à garantia de políticas de combate à violência na escola e detecção por parte dos educadores de sinais de violência doméstica e sexual (BRASIL, 2014).

Além disso, vem havendo um desmonte contínuo do tema no ambiente escolar, nos planos estaduais e municipais de educação, com retirada da orientação sexual dos textos, num movimento conservador apoiado por algumas famílias de escolares e por membros do Governo, no que se chama “Escola sem Partido”, fundado em 2004, e que se torna Projeto de Lei (nº 193) em 2016 (não aprovado, mas indicando o movimento conservador), retirando da escola a possibilidade e o papel de falar sobre sexualidade e orientação sexual, na medida em que isto seria uma “ideologia de gênero” (NASCIMENTO e CHIARADIA, 2017).

Ficou fácil, a partir do exposto, retirar a sexualidade da BNCC, pois além de polêmica, há anos o caráter do tema tinha saído do âmbito educativo e ido apenas para o controle da violência sexual. Debates sobre a temática, assim, acabam por ser silenciados, e os responsáveis familiares se tornam os únicos que devem falar sobre o assunto.

A maior problemática se concentra aí, pois no lugar da escola ser o alvo promissor destas ações da política sexual, a família acaba sendo unicamente responsável, mas se na escola não há debate na escola, se nunca houve como a família aprendeu ou aprende? É dessa maneira que informações falsas vão sendo disseminadas e, por muitas vezes, quando chegam



ao ouvido dos pais, eles não sabem responder corretamente pois não há a certeza nem aprendizado vindo pela instituição de ensino do filho. Sendo um problema que deve ser corrigido com urgência, haja vista o período atual que o mundo vive, continuar no retrocesso é fazer o Brasil sempre andar para trás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, foi visto no supracitado diversos parâmetros e reverberações por parte dos autores trabalhados na pesquisa, que condicionam o pensamento crítico a tom de informação e conscientização, de que a educação sexual é mais que uma prosperidade escolar, mas sim, uma necessidade atualmente. Isso porque a todo momento diversas pessoas são bombardeadas com informações que podem ser prejudiciais ou não dependendo do seu conhecimento prévio aprendido na escola.

A população brasileira atual, em constância, é a mais ativa nas redes virtuais, sendo também, em massa, um pouco mais influenciada a acreditar em notícias que não são verdadeiras. Se o papel da escola é conduzir o aluno a conviver em sociedade de forma justa e ética, como deve ser diante do arcabouço judicial, não deve existir problema algum na implementação da educação sexual nas instituições de ensino.

Finalizando com os resultados desse processo necessário, agindo diante de manifestações que condicionam o Brasil a prosseguir em uma educação que abra mentes e crie pensadores críticos, deixando o tradicionalismo machista que só tem como intenção o retrocesso de um país tão rico como o da nação verde e amarela.

Palavras-chave: Educação, Docente, Instituição de ensino, Banalização, Informação.

REFERÊNCIAS

GARCIA, A. M. **Orientação Sexual na Escola: Como os professores, alunos e pais percebem a sexualidade e o papel da escola na orientação sexual.** Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, 2005.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

GAGLIOTTO, G. M. **A educação sexual da criança e a pedagogia da infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias.** 2009. 260 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.



GAGLIOTTO, G. M.; LEMBECK, T. **Sexualidade e adolescência: a educação sexual numa perspectiva emancipatória.** Educere et Educare – Revista de Educação, v. 6, n. 11, p. 1-18, 2011.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico, **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível.** – Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel. (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

GALLO, Sílvio. **Em torno de uma educação menor.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 169-178, 2002. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25926/15194>. Acesso em: 04 jan. 2022.

LACOSTE, Yves. A geografia – **isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 19. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

MACEDO, Elizabeth. **Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o exemplo dos PCN.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 106, p. 87-109, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a05.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O ensino médio e as comparações internacionais: Brasil, Inglaterra e Finlândia.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 405-429, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00405.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

UNESCO. **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade,** 2018. Disponível em: R. bras. Ens. Ci. Tecnol., Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 507-522, jan./abr. 2019. Página | 522
<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002607/260770e.pdf>. Acesso em: 04 Jan. 2022.

SANTOS, M. A. **Orientação sexual no 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental: uma realidade distante?** 2001, 60p. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó.

GALLO, Sílvio. **Em torno de uma educação menor.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 169-178, 2002. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25926/15194>. Acesso em: 04 Jan. 2019.

MATTOSO, Suelen et al. **Roda de Conversa sobre sexualidade.** Disponível em:.. Acesso em: 04 de jan de 2021.

SOUZA, H. P. **Convivendo com seu sexo: pais e professores.** 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1991.

Argenti, P., & Milani, D. (2017). **Educação sexual e docência: as relações de gênero, a diversidade e a sexualidade dentro da escola.** DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, 19(2), 212-223.